

AS RELAÇÕES CAMPO – CIDADE NA PERIFERIA AMAZÔNICA EXEMPLOS DE MATO GROSSO E TOCANTINS

*Martina Neuburger
Florian Geipel*

Departamento de Geografia, Universidade de Tübingen Alemanha

Resumo

O trabalho presente tem como objetivo de analisar as relações campo – cidade no Brasil como elemento muito importante no desenvolvimento regional. Depois de algumas colocações gerais sobre as características básicas de relações rural – urbano, analisa-se estas últimas partindo da observação regionalmente diferenciada das novas tendências nos espaços rurais e urbanos no Brasil. Para o estudo mais datilhado escolhe-se dois estudos de caso localizados nos estados de Mato Grosso e Tocantins. No análise regional fica claro que na periferia amazônica as relações campo – cidade mostram características específicas sendo que a crise da agricultura familiar e a expulsão dos grupos tradicionais do espaço rural por um lado e, por outro, a urbanização extraordinária assim como os problemas financeiros dos municípios e dos estados determinam as relações rural – urbano. Como conseqüência as relações diretas entre as cidades e os seus arredores rurais perdem de densidade, ou seja as estruturas rurais e urbanas são cada vez mais orientadas às regiões centrais do país.

Palavras-chaves: Relações campo – cidade, desenvolvimento regional, Mato Grosso, hinterland de Cáceres, Tocantins, Palmas

Abstract

In scientific debates regarding the main aspects of regional development and the political discourses about proper strategies to promote it, socio-economic and environmental development is generally mentioned instead, both in rural and urban spaces. Researchers and politicians take into consideration those processes, e.g., the modernization of agriculture and rural exodus on the one hand and the dynamic growth of cities, the industrialization and the profusion of modern styles of living on the other hand. In these observations, both rural and urban spaces are analyzed separately. They seldom refer to the relations between the countryside and the city as an integrated whole. Nonetheless, these very relationships constitute one of the paramount elements for regional development. By analyzing the rural-urban relations we must consider various factors which characterize the exchange between the two parties. Throughout the scarce scientific studies concerning this topic we can verify that the relations country-city stand as a space-functional system in which, both the city and the countryside exert specific functions (Wanderley 2001; Lowen 1998; Kohlhepp et al. 1993). To our minds, there is an imbalance between rural and urban spaces. The economic and socio-political powers are concentrated in the city and we very often witness the rural space depending completely on the decisions made by urban actors, as it is the Amazon periphery case we try to illustrate here, and more specifically, the case of Mato Grosso and Tocantins.

Introdução

Na discussão científica sobre os principais fatores do desenvolvimento regional, assim como, no discurso político sobre estratégias adequadas para promovê-lo, geralmente é mencionado o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, observado tanto no espaço rural como no urbano. Pesquisadores e políticos levam em consideração processos, como, por exemplo, a modernização da agricultura e o êxodo rural de um lado e do outro o crescimento dinâmico das cidades, a industrialização e a expansão dos estilos de vida modernos. Nestas observações os espaços rural e urbano são analisados separadamente. Raramente se referem às relações campo – cidade como sistema integrado. Mas justamente

estas relações constituem um dos elementos mais importantes no desenvolvimento regional.

Na análise das relações rural – urbano devemos considerar diversos fatores que caracterizam o intercâmbio e as ligações entre o campo e a cidade. Nos poucos estudos científicos que existem sobre essa temática constata-se que a relação campo – cidade é um sistema de interações espaço-funcionais nas quais, tanto a cidade como o campo exercem determinadas funções (Wanderley 2001, Löwen 1998, Kohlhepp et al. 1993). De modo geral as principais funções da cidade para o campo são definidas como:

- Centro político-administrativo: Na cidade se concentram o poder político e as diferentes agências da administração pública, sendo que o espaço rural é governado pelas cidades.
- Centro de serviços: Tanto serviços públicos (infraestrutura de educação e de saúde etc.) como particulares (comércio, bancos, serviços de comunicação e transporte etc.) são prestados à população rural nas cidades.
- Abastecimento do espaço rural – tanto da população como dos estabelecimentos agropecuários – com produtos não-agropecuários e industrializados.
- Centro de exportação dos produtos do espaço rural para fora da região.
- Oferecimento de empregos nos setores secundário e terciário à população rural.
- Ponto de referência da identidade local: A população rural define sua identidade local pela cidade da região – muitas vezes é sítio de festas e cerimônias culturais - orientando nela os seus valores e padrões de consumo.

Ao mesmo tempo podemos definir as seguintes funções do campo para a cidade:

- Abastecimento do espaço urbano com produtos agropecuários e alimentícios.

- Espaço de expansão: O espaço rural serve como reserva para a expansão do espaço construído das cidades.
- Espaço de compensação ecológica: Por um lado, a água potável para a população urbana é capturada no espaço rural. Por outro, o espaço rural serve como depósito das poluições urbanas como lixo, ar poluído, água de esgoto, etc.
- Espaço de recreio: Com a urbanização crescente a população urbana busca cada vez mais o ambiente rural e a natureza para o descanso.

Já pela mera listagem das funções observa-se um desequilíbrio nas relações rural – urbano. O poder econômico e sócio-político se concentra na cidade de forma que, muitas vezes, o espaço rural depende completamente das decisões dos atores urbanos. Ao mesmo tempo, os recursos rurais são explorados pela cidade sem retorno adequado. O conseqüente direcionamento das estruturas do espaço rural às necessidades urbanas se expressa nitidamente no êxodo rural. Na esperança de um acesso melhor a empregos, escolas, infraestrutura de saúde e – de uma forma geral – a melhores condições de vida, uma grande parte da população rural migra para a cidade. Mas na maioria dos casos, as cidades não conseguem satisfazer a estas necessidades, ou ainda, lhes agrega outras dificuldades piores.

As características gerais das relações campo – cidade mencionadas acima, é óbvio que variam espacialmente no contexto do Brasil. Elas dependem das estruturas nos espaços rural e urbano, sendo que, pode-se observar uma diferenciação muito grande entre as regiões brasileiras. A modernização da agricultura muito intensa, assim como a urbanização acelerada no Sul e Sudeste do Brasil, teve como resultado a interdependência nítida entre as duas áreas, em que o espaço rural está sob a influência direta das grandes cidades. Com isso nas pesquisas atuais sobre o campo - não só no Brasil, mas em toda a América Latina – constam fortes tendências de urbanização social e cultural, ou seja, analisam os fenômenos novos observados no espaço rural sob o conceito teórico da “Nova Ruralidade” (Correa et al. 2001, Correa 2002, Giarracca 2001, Silva 2003). Observa-se em estudos científicos que os espaços rurais são cada vez mais heterogêneos, diversificados e não exclusivamente agrícolas. Os indicadores mais mencionados nesta discussão acadêmica são:

- O número crescente de pequenas propriedades no espaço rural: Estas propriedades servem como residências rurais da população urbana (ex: como chácaras de recreio) e não para a produção agropecuária.
- O aumento das atividades não-agrícolas: As famílias rurais trabalham cada vez mais como assalariadas ou no campo (serviço turístico, serviço ambiental, serviço nas grandes fazendas etc.) ou nas cidades (empregadas domésticas, obreiros na construção etc.) às vezes sem deixar de praticar a agricultura familiar.

Nos últimos anos estes fenômenos observados nos centros econômicos do Brasil, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste, chegam às regiões periféricas. Pela expansão da rede rodoviária, pela crescente mobilidade de pessoas e pelos novos meios de comunicação os efeitos da modernização e da globalização influenciam cada vez mais os processos sócio-econômicos e político-culturais nas periferias brasileiras. As relações campo – cidade nas diferentes regiões mudam conforme as transformações no espaço rural e no urbano.

No presente trabalho, os autores farão algumas aproximações a estes novos fenômenos na periferia amazônica. Num primeiro passo analisa-se as novas tendências nos espaços rurais e urbanos no Brasil e as relações campo – cidade decorrentes desses processos. Num segundo passo observa-se o exemplo da Amazônia Legal, as características específicas das regiões periféricas. Através de estudos mais detalhados nos estados de Mato Grosso e Tocantins serão mostradas as transformações nas relações campo – cidade.

Novas tendências nos espaços rurais e urbanos no Brasil

Nas estruturas dos espaços rurais e urbanos pode-se constatar grandes diferenças regionais no Brasil (vide figura 1). No Nordeste predominam a estrutura fundiária, muito disparitária e o clientelismo, elementos centrais que manejam a economia e a sociedade regional (Lanna 1995). Enquanto que no espaço rural as plantações de cana de açúcar na mata atlântica e os latifúndios pecuários no sertão

caracterizam as estruturas sócio-econômicas, o sistema urbano é constituído por duas metrópoles na região costeira, Salvador e Recife, por poucas cidades médias, geralmente as capitais estaduais, e por um número grande de cidades pequenas. Neste contexto, as relações urbano-rurais são orientadas pelos grandes centros urbanos, porque as cidades pequenas não conseguem exercer suas funções centrais de forma adequada, como, por exemplo, o oferecimento de serviços públicos e particulares, o abastecimento do espaço rural com produtos industrializados e o oferecimento de empregos nos setores secundário e terciário. Devido às condições desfavoráveis no campo, os pequenos produtores rurais geralmente restringem a sua produção a subsistência, vendendo somente o excedente para abastecer as cidades pequenas com alimentos. Também os grandes produtores não produzem para atender a demanda dessas cidades, mas sim, para o mercado nacional e internacional. No sistema de transporte, muitas vezes, as cidades pequenas e médias da região não oferecem centros de distribuição de mercadorias para seguirem aos grandes portos. O êxodo rural é muito alto e direcionado aos grandes centros urbanos no país. Isto faz com que no Nordeste, desde décadas, a taxa de emigração do espaço rural supere a taxa de crescimento natural da população, de maneira que o crescimento da população rural sempre ficou abaixo da taxa do natural crescimento populacional, que desde os anos 80 caiu para valores negativos (vide fig. 2).

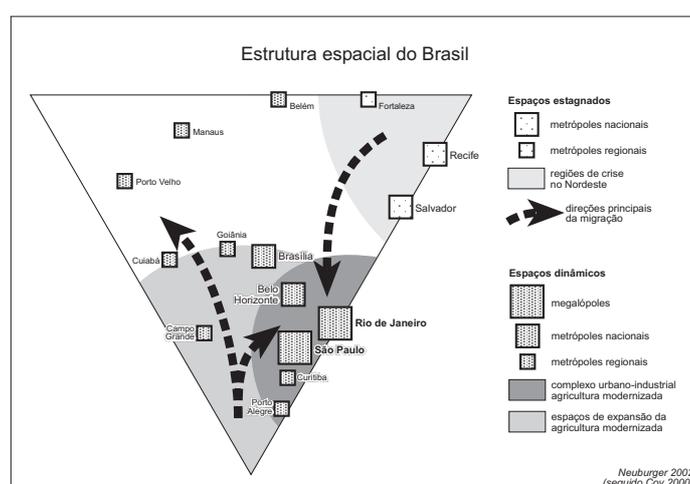


Figura 1

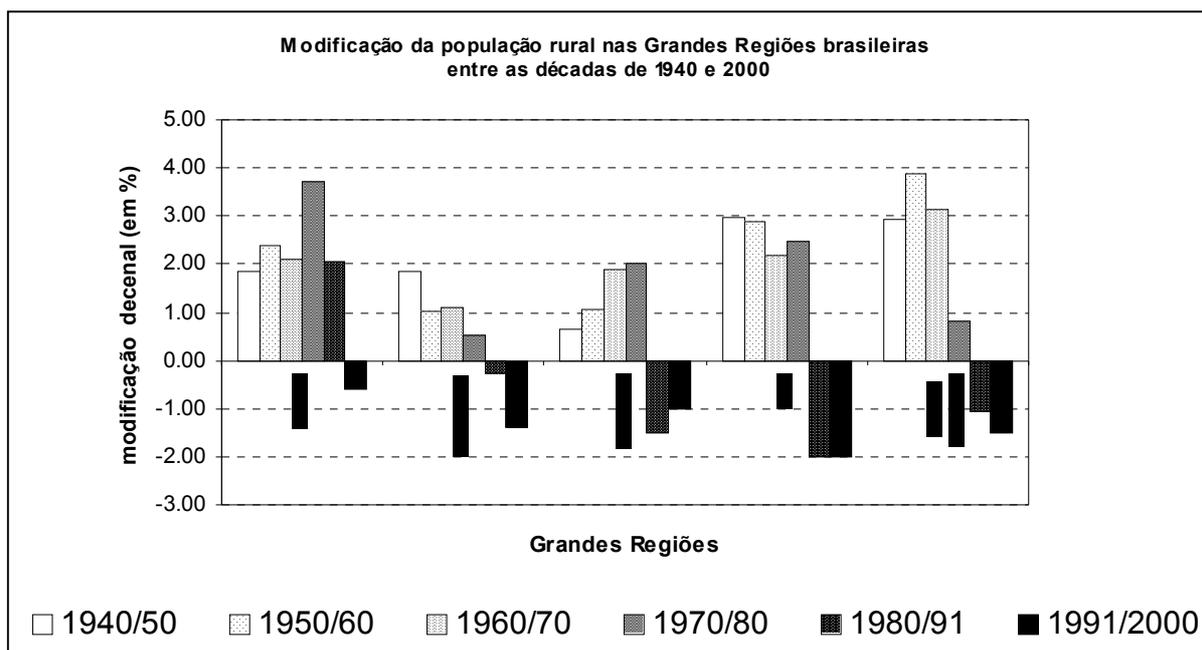


Figura 2

Nas regiões Sul e Sudeste encontramos estruturas muito diferentes. O Sul se caracteriza por ser uma região de pequenos produtores tradicionais. No século XIX, imigrantes europeus iniciaram uma agricultura diversificada que, nas últimas décadas, sofreu um processo de modernização e globalização transformando o espaço rural em uma região monoprodutora de soja (Kageyama et al. 1996). No espaço rural do Sudeste os latifúndios de café predominaram, e depois da crise nos anos 60 passaram por um processo de modernização e reestruturação (Kohlhepp 1990). Hoje os principais produtos da região são a cana de açúcar e as frutas cítricas, além do café. Tanto no Sul como no Sudeste estes processos de modernização e de globalização, na fase mais atual, destruíram milhares de empregos no campo. Em geral estabelecidas como relações de arrendamento ou de meia, as pequenas propriedades foram despojadas de sua existência, posto que não tinham as condições para se adaptar à agricultura modernizada. Conseqüentemente, o êxodo rural nessas regiões é muito grave. A mão-de-obra, ainda necessária no campo, não consegue ser suprida, devido aos poucos trabalhadores especializados e qualificados, como, por exemplo, maquinistas e tratoristas, os quais costumam morar nas cidades. A rede urbana por sua vez é bastante densa e caracterizada por algumas metrópoles, um grande número de cidades médias bem dinâmicas e inúmeras cidades pequenas. Aqui os centros

urbanos, em sua grande maioria, exercem razoavelmente suas funções centrais para a população rural, mesmo tendo cada vez mais dificuldades em oferecer serviços públicos adequados e empregos suficientes. Ao mesmo tempo as cidades exploram os recursos rurais sendo que o espaço rural serve como espaço de expansão, de equilíbrio ecológico e de recreio.

As regiões Norte e Centro-Oeste formam um contexto regional caracterizado – em fases diferentes – pelas frentes pioneiras e pela reestruturação sócio-econômica (Coy 1988, Kohlhepp 1987, Coy & Neuburger 2000 e 2002, Coy & Lückner 1993, Blumenschein 2001). Enquanto que, nas partes meridional e oriental da floresta amazônica, os projetos de colonização agrícola foram instalados nas décadas de 50 e 60, hoje a agricultura modernizada é o elemento predominante no espaço rural. A Amazônia strictu sensu é caracterizada pelas aldeias indígenas, pelas atividades tradicionais e extrativistas, como também, pela abertura das matas tropicais, tanto por projetos de colonização dos anos 70 e 80, como por grandes fazendas e pela exploração dos recursos naturais de minérios e madeira. Aqui o sistema urbano é pouco desenvolvido, as poucas cidades médias existentes têm uma estrutura econômica e uma infraestrutura pública muito precária. As relações campo – cidade então são caracterizadas pela baixa densidade da população rural e pela alta taxa de urbanização (vide mais detalhes no capítulo seguinte).

Analisando estas diferenças das relações urbanos-rurais e os referentes processos no contexto nacional podemos observar estruturas muito desequilibradas:

- A produção agropecuária dos espaços rurais é comercializada em grande parte pelas grandes metrópoles nas regiões Sul e Sudeste, sendo que, tanto o abastecimento das cidades em todo o país com produtos alimentícios, como a venda dos produtos no mercado mundial – principalmente a soja, o café e as frutas cítricas – é centralizada no Sul e Sudeste.
- A migração da população rural é cada vez mais direcionada às cidades médias. Observa-se que a migração em etapas, que sai do espaço rural, passa pelas pequenas cidades, depois para os centros regionais até chegar às metrópoles, foi substituída, nos últimos anos por outro tipo de migração, a qual leva a população rural diretamente às cidades médias mais dinâmicas.

- O oferecimento de serviços e empregos pelas cidades está muito precário, e um dos fatores se deve à expansão incontrolável. Principalmente nas cidades pequenas com poucos recursos financeiros. Elas não conseguem ampliar e nem manter adequadamente a infraestrutura pública (vide tab. 1). Ao mesmo tempo, os serviços particulares entram em crise por causa do empobrecimento e do baixo consumo da população urbana.
- Os centros econômicos e as cidades crescentes no Sul e Sudeste exploram os recursos naturais das outras regiões, principalmente da Amazônia, por exemplo, pelas grandes hidrelétricas para o abastecimento energético, pela indústria madeireira para o consumo interno e pela mineradora para o abastecimento da indústria transformadora.
- A população urbana das metrópoles e das cidades médias, principalmente do Sul e Sudeste, utilizam os espaços rurais de todo o país como área de lazer. Com o melhoramento dos meios de transporte rodoviário e aéreo, com a expansão da infraestrutura turística e com a moda do “turismo ambiental”, o turismo nacional está aumentando cada vez mais. Mas muitas vezes por falta de consciência dos turistas esta forma do turismo, por exemplo no Pantanal e na Amazônia, prejudica a natureza gravemente (Köhnlein 1995).



Figura 3

De uma forma geral constata-se que as cidades pequenas perdem aos poucos as suas funções para o espaço rural deixando as tarefas referentes para as cidades médias e grandes. Ao mesmo tempo, o espaço rural serve exclusivamente como recurso explorado pelas populações urbanas. Além disso, o direcionamento dos fluxos econômicos e sociais aos centros econômicos do país no Sul e Sudeste – tanto às cidades médias como às metrópoles – se sobrepõe às relações campo – cidade.

Para mostrar estas tendências gerais, os autores em seguida analisarão as relações rural – urbano na periferia amazônica para depois apresentar os estudos de caso do Mato Grosso e Tocantins. Como as estatísticas oficiais não contêm dados explícitos sobre as relações campo – cidade, escolheu-se a metodologia de estudos detalhados restritos às regiões relativamente pequenas nos dois estados mencionados para poder fazer algumas aproximações sobre a qualidade das respectivas relações.

Relação campo – cidade na periferia Amazônica

Neste trabalho pretende-se investigar principalmente a área periférica da Amazônia com foco na região do cerrado, ou seja, na grande região Centro-Oeste e Norte da Federação brasileira. O cerrado é o segundo maior biom do Brasil, depois da floresta Amazônica. Nas últimas quatro décadas, a savana brasileira virou a maior área de plantação de soja, de pastagem de gado, de arroz e milho do país. A exploração desta área começou na época da colonização portuguesa, teve uma segunda onda no meio do século XIX e foi novamente estimulada pela grande demanda de café no estado de São Paulo nos anos 20 e 30, e depois pela política de ocupação, exploração e modernização dos militares entre os anos 68 e 80 do século passado (Klink 2001). Além da importância da região para produtos primários mostra-se essencial, para entender a relação urbano-rural no Brasil, mencionar o fato, de que qualquer evolução e desenvolvimento de cidades, ou até mesmo uma rede de cidades, durou menos que 500 anos - no Brasil amazônico às vezes só 30 a 50 anos. Uma boa parte das cidades foi criada no século XVI e o processo do desenvolvimento de uma rede de centros urbanos foi submetido a várias alterações

em termo de centralidade (Löwen 1998). Uma dessas alterações foi a construção da nova capital Brasília, no fim da década de 50, que valia como um ponto inicial de desenvolvimento descentralizado e como o centro de uma rede de novas cidades. Devido a este tempo curto, as relações entre as fundadas cidades – as diferentes fases serão apresentadas mais a seguir – ou entre a zona urbana e rural nunca chegaram a constituir-se uma relação, como a estabelecida na Europa de hoje. Nos anos 60/70, a política forçou a ocupação e a integração da área do Amazonas através da construção de rodovias (Transamazônica, BR 153), colonização de terras devolutas e pólos de industrialização ou mineração. Assim, entrou uma forte dinâmica na região Norte, que se tornou rapidamente incontrolável ou pelo menos imprevisível.

Um pouco antes e de modo parecido com a política dos militares nestas décadas a “marcha para Oeste” de Getúlio Vargas nos anos 1930 iniciou a exploração do cerrado brasileiro. A observada dinâmica de um núcleo habitacional urbano acontece em três fases: A primeira fase é iniciada com a imigração, ou seguido crescimento populacional acompanhado pelo desflorestamento e uma produção agrícola inicial. Na segunda fase, de consolidação e diferenciação, a produção agrícola é ampliada e chega a uma alta produção. A terceira fase é a de degradação da área rural, que é ligada diretamente ao desenvolvimento de loteamentos urbanos, os quais se encontram num crescimento paralelo à degradação.

O que significa isso para a relação cidade – campo?

- Na fase inicial só poucas cidades existentes na região oferecem funções básicas de núcleos urbanos, como feiras, comercialização em geral, base de administração para os projetos de desenvolvimento regional ou funcionam simplesmente como uma estação de chegada para os migrantes. Nesta fase, na zona rural predomina o desenvolvimento regional.
- A segunda fase de consolidação e diferenciação é influenciada pelo crescimento das cidades, por causa do aumento de funções oferecidas nas mesmas, como, por exemplo, melhor suprimento da população com produtos alimentícios, medicinais e setor administrativo. Ao mesmo tempo, constata-se uma diferenciação crescente do comércio, da indústria e etc. A

zona rural nestas circunstâncias age como local de produção agrícola e está cumprindo seu papel tradicional de abastecer a área urbana com produtos alimentícios. Simultaneamente a cidade fornece mercadorias industriais, serviços de alta especialização e funciona como centro comercial para o fluxo de mercadorias para dentro e fora da (micro-)região. Dito em outras palavras, a relação cidade – campo é complexa e nivelada no entendimento tradicional.

- Na fase de degradação a zona rural perde as suas funções principais, como a de moradia e local de trabalho, bem como a suficiência na produção de alimentos para abastecer a zona urbana mais próxima. A área rural, neste momento, passa a ter a função de promover lazer aos moradores urbanos, como também oferece contingente de migrantes para as cidades. Assim, a administração tem que desenvolver modos para combater a sobrecarga da própria infraestrutura. Com isso as cidades predominam no desenvolvimento regional nesta fase, também por causa da comercialização de produtos regionais, nacionais ou importação de mercadorias supraregionais. Dito de outro modo, a relação rural-urbano nesta fase perdeu a sua igualdade e é marcada pela predominância das cidades.

Devido a umas reparações de Veiga (2001) do censo 2000 existe um “êxodo” rural no Brasil, mas ao mesmo tempo o espaço rural brasileiro deve ser dividido em três grupos de desenvolvimento demográfico. Um que encontra-se na situação de “êxodo” “na marcha ré”, outros que “engataram uma primeira, ou uma segunda” incapazes de acompanhar o ritmo urbano “que está em terceira”, e os obscurecidos que cresceram na “quarta, ou até em quinta” marcha – até 16% no período 1996-2000. Isto está ocorrendo em cada uma das cinco grandes regiões do Brasil, em todos os Estados e na grande maioria está afetando municípios com menos de 20 mil habitantes (Veiga 2001).

Se esta visão de fases de desenvolvimento das relações cidade – campo ou a tese de “nova ruralidade” no Brasil serve como uma base teórica para os exemplos dos Estados Mato Grosso e Tocantins, veremos a seguir.

Exemplos do estado de Mato Grosso – uma periferia consolidada

No Mato Grosso o desenvolvimento regional e a configuração das relações campo – cidade se enquadram no contexto regional. Este estado representa a área transicional entre o Centro-Oeste, com o ecossistema típico dos campos cerrados na sua parte meridional e a Amazônia, com o ecossistema das florestas tropicais. A incorporação do território matogrossense à economia e sociedade colonial do século XVIII se deu pela extração das riquezas minerais (ouro e diamante). Nesta época foram fundadas as primeiras cidades, como por exemplo, Cuiabá, Cáceres, Alto Paraguai e Diamantino. No espaço rural a população se concentrava ao longo dos rios, abastecendo precariamente as cidades com alimentos (Siqueira et al. 1990, Melo 1957).

A internacionalização da navegação do Rio Paraguai na segunda metade do século XIX resgatou a região do seu isolamento. Além dos recursos minerais, os interesses de grupos extraregionais visavam a extração de borracha ou de poaia, substância de valor farmacêutico. Paralelamente desenvolveu-se a agricultura, que abastecia as cidades crescentes da região. Além disso, nas savanas periodicamente inundadas do Pantanal, surgiu a pecuária extensiva e a indústria açucareira com a sua produção destinada ao mercado nacional e internacional (Renppis 1998, Neuburger 1996). As relações campo – cidade nesta constelação regional se restringiam a poucos laços: Os pequenos produtores na região abasteciam as cidades com alimentos enquanto que todos os outros produtos industrializados vinham de fora da região pelos portos em Cuiabá e Cáceres e eram distribuídos ou via trilha por mulas ou via rio por pequenas embarcações que transitavam regularmente nos rios. Além disso, os proprietários das grandes fazendas de gado e das usinas açucareiras viviam nas cidades. Como a infraestrutura pública ainda não existia e as instituições estatais eram muito fracas, as cidades não exerciam as funções administrativas e nem as de oferecimento de serviços.

Este quadro mudou completamente com a incorporação definitiva do estado de Mato Grosso no cenário nacional nos anos 60 e 70. Nesse período foram construídas grandes obras de infraestrutura através de programas governamentais de desenvolvimento regional (PROTERRA, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA etc.).

criaram e passaram por uma fase de boom extraordinário, na qual a indústria e o comércio expandiram-se muito rápido. Ao mesmo tempo, a população rural, expulsada pela modernização, chegou em milhares nas cidades de maneira que a infraestrutura social ficou sobrecarregada. Mesmo com o boom econômico as cidades não conseguiam mais oferecer emprego e moradia suficiente para o grande contingente de famílias imigrantes. Conseqüentemente os bairros marginalizados e o setor informal cresceram. Nas áreas de floresta tropical a ocupação moderna era acompanhada por muitos conflitos entre os diversos atores da região: garimpeiros, famílias colonas, indústria madeireira, fazendeiros e índios. Os perdedores destes conflitos migraram para as cidades da região. Além disso uma grande parte das famílias dos projetos de colonização deixaram a produção agrícola devido a baixa produtividade do solo. Como conseqüência as cidades do norte matogrossense também sofreram com a imigração de milhares de famílias, porém não tinham a dinâmica econômica do sul, ocasionando condições de vida precárias.

Como conseqüência do processo de urbanização a área urbana expande cada vez mais pelo espaço rural integrando, aos poucos, as comunidades rurais da vizinhança no corpo urbanizado. Ao mesmo tempo o espaço rural representa, na visão das cidades, a área disponível como depósito para os resíduos urbanos, os quais aumentaram sensivelmente. Além disso, a população urbana busca por um espaço de recreio fora da cidade. Regiões com atrativos naturais como a Chapada dos Guimarães, o Pantanal e as praias dos rios nos arredores das cidades maiores viraram, nos últimos anos, as regiões principais do turismo local e regional. Surge um novo mercado de trabalho para a população rural, muitas vezes, com rendas bem mais altas que na agricultura. Ao mesmo tempo, a compra de lotes nas beiras dos rios por famílias urbanas, utilizando-os como chácaras de recreio, expulsa a população ribeirinha (Neuburger 1996).

O espaço rural perdeu pela expulsão dos pequenos produtores, até então responsáveis pela maior parte da produção alimentícia, a sua função de abastecimento das cidades. Enquanto que a agricultura modernizada é destinada ao mercado nacional ou internacional, a produção leiteira, desenvolvida em certas regiões na parte meridional de Mato Grosso, se tornou quase o único setor agropecuário abastecendo também o mercado regional (Schneller 1995). Com a

diminuição da produtividade dos solos em várias regiões e com o empobrecimento crescente, a população rural busca outras atividades econômicas. Além do turismo já mencionado, geralmente os membros masculinos de famílias rurais trabalham como diaristas nas grandes fazendas vizinhas ou em obras de construção nas cidades, enquanto que as mulheres e meninas entram no mercado de trabalho como faxineira, empregada doméstica ou babá. Podemos observar no Mato Grosso então os mencionados fenômenos da nova ruralidade.

Para uma análise mais detalhada da transformação das relações rural – urbano os autores se restringem, em seguida, ao estudo da região de Cáceres. Esta região, localizada no sudoeste do estado do Mato Grosso, forma a escarpa da Chapada dos Parecis e é caracterizada pela vegetação transicional entre cerrado e floresta tropical. Antigamente ocupada por povos indígenas e mais tarde, explorada para extração de poaia, a região foi integrada à economia regional nos anos 50 e 60. Os projetos de colonização agrícola executados por atores públicos e privados levaram principalmente famílias de pequenos produtores procedentes do Sul e Sudeste brasileiro para o hinterland de Cáceres (vide fig. MT2). Na fase inicial da ocupação isto trouxe um enorme crescimento da população em poucos anos. Enquanto que as cidades ainda formavam somente núcleos pequenos, a população rural aumentou para quase 70.000 habitantes no ano 1970. Assim, a necessidade de oferecimento de serviços às famílias colonas, principalmente de serviços médicos e de ensino, aumentou. Devido à distância quase invencível a cidade mais próxima com todos os serviços disponíveis era Cáceres. As comunidades se organizavam para garantir o mínimo necessário, como, por exemplo as escolas primárias. Isto significa que as relações campo – cidade na frente pioneira eram inexistentes ou somente de uma forma muito esporádica entre as áreas de colonização e a cidade de Cáceres.

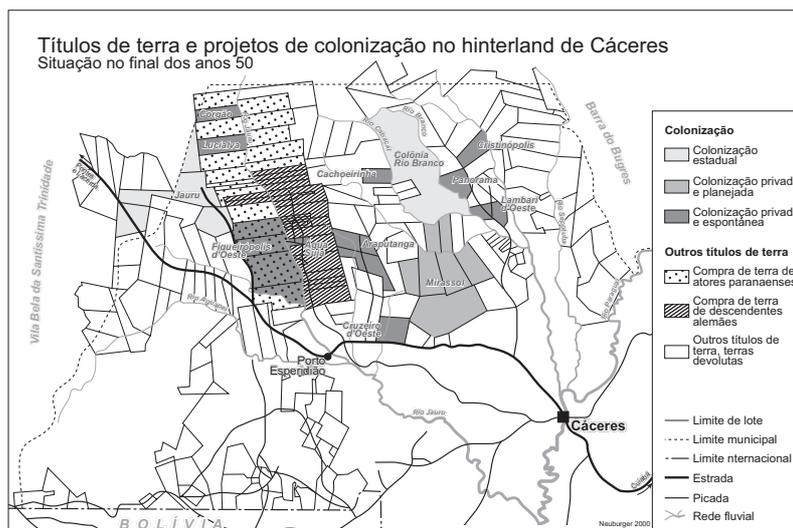


Figura MT2: Títulos de terra e projetos de colonização no hinterland de Cáceres

Com a consolidação da frente pioneira nos anos 70 e 80 observamos uma diferenciação dentro do hinterland de Cáceres. Na área do leste, da Colônia Rio Branco, a produção de lavoura branca em pequenas propriedades destinada aos mercados regional e nacional dominou a economia e a vida social até meados dos anos 80. Nas áreas no norte da Colônia, solos arenosos dificultavam a produção de cultivos anuais. A rentabilidade da agricultura baixou, e com isso, passados poucos anos as famílias, geralmente bastante endividadas, deixaram suas propriedades migrando para as novas frentes pioneiras em Rondônia. Estas áreas foram ocupadas ou pelas fazendas de gado vizinhas ou por propriedades médias de pecuária leiteira. Automaticamente, a densidade populacional baixou nessa parte da Colônia, enquanto que nas áreas de lavoura branca a população continuava densa, sendo constituída pelos proprietários e arrendatários que trabalhavam nas lavouras. Na área central do hinterland de Cáceres, na região de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatro Marcos, os colonos iniciaram na base de solos férteis o cultivo de café e de algodão para o mercado nacional, sempre acompanhado pela produção de lavoura branca destinada à subsistência. Ali se concentrou a maior parte da população regional no hinterland de Cáceres devido ao manejo intensivo das plantações com famílias arrendatárias. Nas áreas ao sul da Colônia Rio Branco e ao leste do projeto Mirassol várias propriedades médias iniciaram, com os incentivos do PROÁLCOOL, o plantio de cana de açúcar. Na área oeste do hinterland, nas áreas de Jauru e Araputanga, se estabeleceu uma pecuária leiteira em propriedades médias. A produção, geralmente queijo, era destinada ao mercado regional. Conforme a tradição goiana os colonos da área de Araputanga iniciaram ainda a

criação de porco que depois de alguns anos ganhou importância regional. Devido aos processos de deslocamento de uma parte da população rural, as famílias afetadas, que não migraram para as cidades nem para as novas frentes pioneiras, ocuparam as áreas não-produtivas na região, iniciando, assim, o cultivo de produtos típicos de abertura de mata, a lavoura branca, para a subsistência.

Correspondente às estruturas diferenciadas no espaço rural, a rede urbana também se diferenciou. Conforme os principais produtos agropecuários, empresas agroindustriais foram instaladas diferenciadamente nas regiões, sendo que as localizações principais na hierarquia, tanto de indústria como de instalações de armazenamento, eram Mirassol seguido por Quatro Marcos, Rio Branco e Araputanga. Além disso, nos outros setores a estrutura industrial se diversificou com indústria madeireira, cerâmica, mecânica etc. Com a dinâmica crescente das cidades o comércio também expandiu em termos de diversidade, qualidade e volume. Também em Mirassol, Quatro Marcos, Rio Branco e Araputanga se desenvolveu um comércio básico para a demanda a curto e médio prazo, acrescentado pelas lojas especializadas em equipamentos para o setor agropecuário. Com a prosperidade econômica da região, as áreas de colonização ganharam importância política, que culminou com a emancipação de novos municípios (vide fig. MT3). O crescimento econômico e a população crescente da região permitiram e obrigaram ao mesmo tempo, as administrações municipais à instalação da infraestrutura social. Mas não somente pela atividade pública, como também, pela iniciativa privada que desenvolveu uma rede adequada de ensino e de saúde.

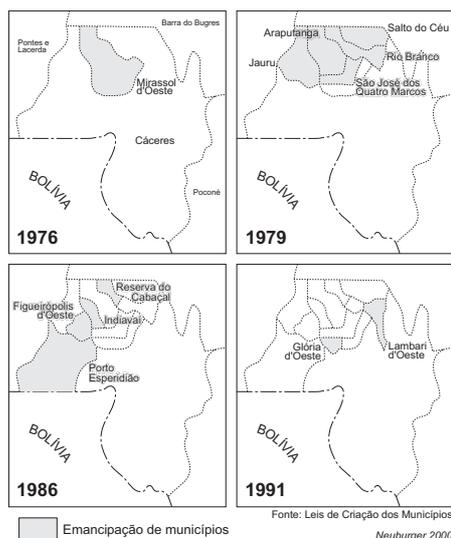


Figura MT3: Emancipação de municípios na região de Cáceres

Estes processos regionalmente diferenciados nos espaços rurais e urbanos levaram a um desenvolvimento diferenciado das relações campo – cidade. A cidade de Mirassol, localizada no centro da área mais dinâmica do hinterland de Cáceres, ocupava a posição mais alta na hierarquia urbana, sendo que ela exerceu funções centrais para toda região (vide fig. MT4). Tanto a população rural como a urbana das cidades menores, procuravam Mirassol para os mais sofisticados serviços públicos e privados nas áreas de saúde e de ensino. Ao mesmo tempo, o comércio oferecia a maior variedade em produtos industrializados vindos de outras regiões do Brasil. Somando-se a isso, os produtos mais variados do setor agropecuário, como café, algodão, açúcar ou álcool, arroz, feijão e milho, foram armazenados, processados e comercializados em Mirassol. Com a concentração da agroindústria e do comércio, a maior parte dos empregos não-agrícolas da região localizava-se nesta cidade. Estes atrativos levaram uma porcentagem alta da população rural de toda a região a escolherem Mirassol como destino da sua migração, sendo registrada a maior taxa de crescimento populacional nesta cidade. Na hierarquia urbana as cidades de Quatro Marcos e Araputanga, como dinâmicos centros secundários da região, também localizadas na área central do hinterland, tinham uma importância relevante para a população rural dos seus próprios municípios e vizinhança. Enquanto que os estabelecimentos particulares de saúde mais sofisticados, assim como as instalações de processamento e armazenamento de café, algodão, arroz, feijão e milho se concentraram em Quatro Marcos, Araputanga ofereceu, por alguns anos, um maior número de empregos industriais com a instalação da mineração de ouro.

As cidades de Rio Branco e Jauru também exerciam as funções de abastecimento da população rural e das menores cidades vizinhas, com produtos industrializados e com serviços de saúde e de ensino, mas devido à densidade populacional mais baixa que na área central do hinterland, elas não chegaram, por falta de demanda, a este grau de sofisticação. Lá o processamento e armazenamento de produtos agropecuários se restringia aos produtos da lavoura branca. As outras cidades menores da região, serviam pela localização da igreja e do campo de futebol como ponto de encontro para a população dos arredores e, no máximo, ofereciam serviços sociais básicos, como o processamento e armazenamento de arroz assim como a venda de produtos de demanda a curto prazo.

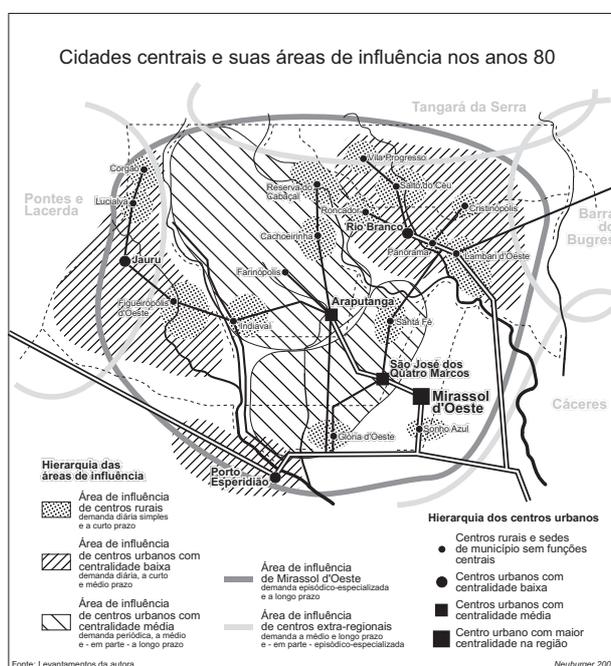


Figura MT4: Cidades centrais e suas áreas de influência no hinterland de Cáceres nos anos 80

Esta hierarquização das cidades nos anos 70 e 80 pelas suas funções nas áreas de serviços e comércio foi sobreposta por uma hierarquia política e cultural. Com a emancipação de municípios novos numa primeira fase Cáceres e depois Mirassol perderam as suas funções político-administrativas (vide fig. MT3). Para a população rural isto facilitou a busca de serviços públicos, por exemplo, pronto-socorro, cartório e escolas assim como o recebimento de aposentadorias etc. Sendo que a distância a superar diminuiu decisivamente. Esta nova divisão política no hinterland de Cáceres era também expressão da identidade regionalmente

diferenciada da população. Esta se orienta até hoje na procedência regional de cada grupo de migrantes. As famílias da antiga Colônia Rio Branco, por exemplo, se sentem como mineiros e capixabas enquanto que nas áreas de Mirassol e Quatro Marcos a identidade paulista está predominante. Os colonos de Jauru se definem como mineiros, os de Figueirópolis como paulistas, os de Araputanga como goianos e os de Glória d'Oeste como paranaenses – somente para mencionar os mais importantes. Enquanto que na fase inicial da colonização estas identidades diferentes ainda não tinham um impacto pelo isolamento espacial de cada área de projeto, na fase de consolidação elas dificultaram a cooperação intraregional sendo que elas levaram à emancipação de quase um município por cada projeto de colonização, formando assim, municípios pequenos muitas vezes não capazes de sustentar-se economicamente.

Nos anos 90 as estruturas no campo e nas cidades e com elas as relações rural – urbano mudaram novamente até chegar à configuração de hoje. O intensivo uso agrícola gastou a fertilidade dos solos na região, sendo que tanto a produtividade de lavoura branca como a de café e algodão baixaram sensivelmente. Além disso o governo federal cortou os subsídios para a produção de alimentos básicos, assim como os incentivos do PROÁLCOOL. Estas medidas de austeridade estatal deixaram a maioria dos produtores rurais sem base econômica. Enquanto que somente poucos produtores na região de Quatro Marcos passaram a produzir frutas para o mercado regional e nacional, a maioria dos produtores, principalmente os de pequenos lotes, transferiram sua produção para a pecuária leiteira ou os com lotes médios, para a pecuária de corte. O cultivo de lavoura branca baixou para o nível de subsistência. Como a pecuária requer lotes maiores que o tamanho médio dos lotes na região, a população rural empobreceu, em muitos casos, deixou o lote migrando, ou para uma das cidades regionais, ou para as regiões de procedência da geração dos pais, ou ainda, mais raramente, para áreas de novas frentes pioneiras no Norte de Mato Grosso. Assim, a densidade populacional do espaço rural baixou.

Como as interrelações entre cidades e campo anteriormente eram muito densas no hinterland de Cáceres, as cidades da região sofreram com a crise do espaço rural. Perdendo a base na produção agrícola regional, os estabelecimentos agroindustriais – máquinas de arroz, algodozeiras, torradeiras de café etc. – fecharam

as suas portas e os armazéns ficaram vazios, sendo que perdeu-se a maior parte dos empregos industriais. A instalação de frigoríficos em Mirassol, Quatro Marcos e Araputanga e da cooperativa de leite COOPNOROESTE em Araputanga livrou estas cidades da situação precária. Com o conseqüente empobrecimento geral da população, tanto rural quanto urbana, sendo que a última se compõe crescentemente por imigrantes do campo vivendo em bairros marginais nas cidades, os serviços e comércio particulares perderam os seus clientes, entrando em crise. Somente em Mirassol e Quatro Marcos seguidas na hierarquia da rede urbana por Araputanga e Rio Branco um certo nível de oferta no setor terciário se mantém até hoje. A crise econômica em toda a região levou ao declínio dos ingressos municipais pela falta de impostos, sendo que os municípios não têm mais a capacidade de se manter e nem ampliar a infraestrutura de saúde e de ensino, como seria necessário conforme o crescimento populacional das cidades.

Devido à configuração nova das estruturas regionais, as relações campo – cidade se desestruturaram. Com a reorientação da economia regional de uma produção predominantemente agrícola a uma produção pecuária, o espaço rural não exerce mais a função de abastecer as cidades com produtos alimentícios. Estes – arroz, feijão e milho assim como carne e produtos lácteos – hoje-em-dia vêm de outras regiões agrárias do Brasil, sendo transportados diretamente dos grandes atacados do Sul e Sudeste brasileiro aos supermercados da região, abastecendo não só a população urbana mas também a rural. Os produtos do setor pecuário da região, ou vão, pelos frigoríficos, para os mercados maiores do país ou são processados e comercializados pela COOPNOROESTE com destino ao mercado regional e nacional. A única exceção é o cultivo de frutas no município de Quatro Marcos. Os produtores, depois de muitas dificuldades na comercialização, vendem a sua produção no mercado regional. Mas mesmo assim a grande parte dos produtos vem de outras regiões brasileiras (vide tab. MT1). A pequena produção de alimentos ainda existente na região, legumes, verdura, ervas etc., geralmente de qualidade mais baixa, é vendida somente nas épocas de safra nas feiras semanais ou nos sacolões.

Tabela MT1: Procedência de frutas e verduras vendidas nos supermercados da região de Cáceres

Procedência de frutas e verduras vendidas nos supermercados da região de Cáceres

Supermercado	Procedência das frutas e verduras (em %)			Comentário
	Hinterland de Cáceres	Sul e Sudeste do Brasil	Exterior	
Cáceres				
Miura	80	15	5	Variedade pequena e qualidade baixa dos produtos
Sacolão	5	95	0	
Juba	30	70	0	Distribuição dos produtos às filiais de Rio Branco e Araputanga
Trevo	10	90	0	
São José dos Quatro Marcos				
Verdurão	20*/80**	80*/20**	0	Vendedor maior em Quatro Marcos (duas lojas na cidade)
Tolon	40	60	0	
City	40	60	0	Compra dos produtos do Sul e Sudeste através do Verdurão
Mirassol d'Oeste				
Favorito	10	90	0	

* Porcentagem durante a época de entressafra (outubro - março)

** Porcentagem durante a época de safra (abril - setembro)

Fonte: Levantamento da autora em 1996

Neuburger 2000

Enquanto que o espaço rural deixou de abastecer o espaço urbano, as cidades também perderam as funções centrais nas suas relações com o campo. Com a decadência da infraestrutura social e do setor terciário a população rural – obrigada a buscar os serviços mais sofisticados nas cidades - sofre com a qualidade cada vez mais baixa. Nos últimos anos esta situação é agravada pelo fato de que muitos municípios fecharam as escolas e os postos de saúde nas comunidades rurais devido a falta de recursos, sendo que nem a infraestrutura básica no espaço rural é garantida. Assim, uma grande parte da população rural é obrigada a buscar os serviços básicos e os mais sofisticados nas cidades. Em muitos casos as famílias mudam para as cidades para possibilitar melhores condições de ensino e de saúde ou para as crianças ou para os idosos. Com o conseqüente crescimento exponencial da população urbana, geralmente pobre buscando pelos serviços públicos, a infraestrutura de saúde e de ensino do setor público é cada vez mais sobrecarregada. Ou seja: as cidades não conseguem mais exercer a sua função de oferecimento de serviços de qualquer tipo para a população rural – com a crise da economia regional – , nem de empregos ou na indústria ou no setor terciário. Além disso, a oferta de produtos industrializados pelo comércio urbano também está diminuindo em qualidade e variedade, assim a população rural é obrigada a buscar produtos mais sofisticados ou em Cáceres ou em Cuiabá, capital do estado.

Na região de Cáceres podemos então observar uma nova hierarquização na rede urbana. A cidade de Mirassol d'Oeste junto com as cidades de Quatro Marcos e Araputanga ainda mantêm um certo nível de centralidade enquanto que as outras cidades perdem quase todas as suas funções centrais. Nas mais pequenas – como por exemplo Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Figueirópolis d'Oeste e Jauru – a crise chega a tal nível que nem um supermercado, um banco ou um restaurante estão mantidos. Tanto a população rural como a urbana – se economicamente tiverem a oportunidade – buscam serviços públicos e privados nas cidades maiores da região ou em Cáceres. Além disso, as cidades pequenas têm dificuldades de manter o seu funcionamento como centro político-administrativo. Pela crise econômica principalmente os municípios pequenos têm uma arrecadação cada vez menor de maneira que não têm mais nenhum espaço de ação, por que em alguns municípios o montante necessário para pagar os funcionários municipais é mais alto que a receita do município referente. Com a decadência da área política a classe política também perde a orientação moral, sendo que em muitos municípios a corrupção chega a um nível criminoso e insuportável para a população. Com a desconfiança crescente da população nos políticos que atuam nas sedes municipais, as cidades por último perdem a função como centro de identificação local e cultural.

Hoje em dia as cidades no hinterland de Cáceres de um modo geral funcionam como meros nódulos de comercialização tanto para produtos entrando na região – produtos industrializados e alimentícios – como para a produção agropecuária sendo exportada para o mercado nacional e internacional. Além disso oferecem moradia para a população rural que muda para as cidades em busca de serviços públicos, mantendo – em muitos casos – a sua ligação com o campo por trabalhar como arrendatários ou bóias-frias nas grandes fazendas da região. Os proprietários das fazendas por sua vez geralmente preferem viver ou em Cáceres ou em Cuiabá. Com o êxodo rural o campo perde quase completamente a sua função de abastecer as cidades com produtos agropecuários. As relações com as cidades na região se restringem à disponibilidade como espaço de expansão da área urbana e como depósito para os resíduos urbanos, expressando-se, por exemplo, nos inúmeros lixões legais e ilegais na região.

Concluindo o estudo de caso do hinterland de Cáceres podemos constatar que as relações campo – cidade se reestruturaram ao longo das últimas décadas (vide fig. MT5). Na fase da abertura, as relações rural – urbanas dentro da região se restringem ao intercâmbio esporádico por falta de infraestrutura viária e de centros urbanos, sendo que o espaço regional é completamente orientado à cidade de Cáceres. Na fase de diferenciação, as interligações entre as cidades e o campo se intensificam. Na rede urbana observamos uma hierarquização nítida com Mirassol d’Oeste como centro principal da região, e no espaço rural o setor agropecuário se desenvolve dinamicamente abastecendo tanto as cidades da região como o mercado nacional. Na terceira fase de degradação, estas relações, anteriormente equilibradas, são substituídas pela orientação das estruturas a regiões externas, como por exemplo Cáceres, Cuiabá e os centros econômicos do país, o Sul e o Sudeste brasileiro.

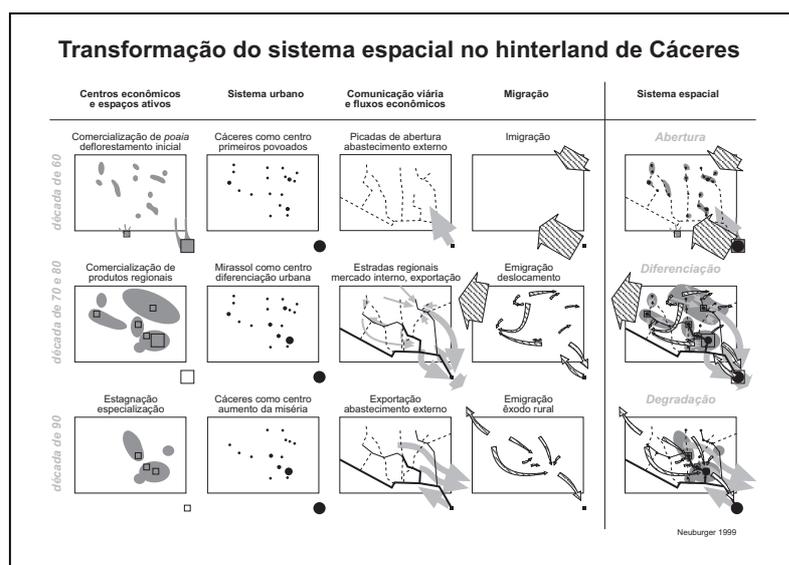


Figura MT5: Transformação do sistema espacial do hinterland de Cáceres

As relações campo – cidade no hinterland de Cáceres mostradas acima têm uma configuração própria, porém se comparadas com as relações estudadas no estado de Tocantins, observa-se também pontos em comum. Apesar de tais pontos em comum o Tocantins, como estado recentemente emancipado, é caracterizado por estruturas típicas de uma periferia dinâmica, as quais serão analisadas em seguida.

Exemplo do estado de Tocantins – uma periferia dinâmica

A história do descobrimento e exploração econômica da região do atual estado do Tocantins é comparável com a do estado do Mato Grosso – Além da longa história de movimentos separatistas, lutas pela independência, influências de mineiros da região Sul e principalmente pecuaristas da Bahia, Piauí e Pernambuco séculos atrás. O ponto inicial e a artéria da economia tocantinense hoje em dia é a Belém-Brasília (BR 153) que atravessa o Estado inteiro na direção Norte Sul. O estado mais novo do Brasil foi proclamado junto com a nova constituição brasileira em Outubro de 1988. A sua capital – Palmas – foi criada em 1989 no centro geográfico do Estado. Tocantins é dividido em 139 municípios, os quais contam em torno de 1,3 milhões de habitantes total. Além da população remanescente do antigo Goiás houve uma imigração forte, principalmente partindo de Maranhão, Mato Grosso e Pará (1991-1996). Hoje em dia a influência de parte da sociedade Tocantinense, que vinha da região Sul e Sudeste do Brasil, se mostra cada vez mais importante na administração estadual e municipal, no comércio e fortemente na agricultura da região, apesar do contingente dos outros estados. Devido às regiões de origem dos indivíduos da sociedade tocantinense, ela não deve ser vista como um total ou homogêneo – respectivamente as relações urbano-rurais através de atores sociais tampouco. Para uma investigação da relação entre as duas zonas, rural e urbano, as partes da sociedade mais importantes, e talvez ao mesmo tempo, mais diferentes sejam analisadas adiante.

O morador do cerrado, ou seja, tocantinense na área rural é composto por: Indígenas, produtores de subsistência (assentados do INCRA, reassentados da usina hidrelétrica, trabalhadores sem terra, ribeirinhos etc.), pequenos produtores rurais e produtores de médio e grande porte (cooperativas, projetos de irrigação e plantio de soja e arroz). A área urbana deve ser diferenciada pelos tamanhos dos núcleos de habitação urbanos. Os três maiores centros da rede urbana em Tocantins são a capital Palmas, Aragaína no Norte do Estado e Gurupí no Sul. Perto da capital situam-se mais dois centros urbanos importantes, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Dependendo da cidade e do seu tamanho as relações com o campo são diferentes, como será abordado adiante.

A zona urbana do Tocantins

A população urbana do estado do Tocantins atinge mais ou menos três quartos da população inteira de 1,3 milhões de habitantes do estado. A rede urbana do Estado mostra uma densidade mais forte na região Sul e Central, em torno da influência da área urbana de Gurupí no Sul e na capital no centro do Estado, onde quase três quartos da população residente vive em loteamentos urbanos. Ao contrário quase 70% da população residente no Nordeste do Estado moram na zona rural (Estado de Tocantins 1997). Devido à complexidade do assunto e por falta de espaço neste artigo, veremos alguns exemplos especiais da área urbana tocantinense, para explicar as diferentes relações dessa área com a rural. O primeiro exemplo seria o maior centro urbano do Estado – a capital Palmas. A função da cidade em relação ao campo geralmente é o oferecimento de serviços terciários e centralizados, como órgãos públicos, secretarias, instituições judiciárias, financeiras, escolares ou seja, universitárias e de saúde, bem como o abastecimento da população com produtos centrais, como foi mencionado antes (vide página 2). A capital é, em termo de centralidade, sempre o centro mais importante e respectivamente com a maior oferta de quaisquer serviços centrais do estado. No setor de educação superior, por exemplo, a capital já coloca à disposição cinco faculdades particulares, uma fundação universitária (UNITINS) e recentemente uma universidade federal (UFT).

Importante na visão econômica da população rural, é a forma de comercialização dos seus produtos no mercado urbano. A venda de verduras e frutas da região em torno da capital funciona em feiras “cobertas” e “abertas”, ou através de distribuidoras (atravessadores) monopolizados. Em Palmas existem por volta de cinco feiras de maior importância. Dependendo do cadastro de bancas nas feiras, organizado pela prefeitura, o pequeno produtor vende os seus produtos nos determinados lugares. A mais privilegiada é a feira coberta no centro da cidade, onde o produtor consegue um preço mais alto, apesar da qualidade dos produtos ser as mesmas das outras feiras, e algumas vezes o produtor consegue ter banca em mais de uma feira. A maioria dos pequenos agricultores vende nas feiras menos privilegiadas no Norte e no Sul da zona urbana da capital – muitas vezes, ajudados

pela falta de fiscalização dos cadastros de bancas nestas localidades. O que não foi vendido diretamente nas feiras, o pequeno agricultor vende para um atacadista ou distribuidor. O mais importante no mercado local é o “Damaso”, que abastece os pequenos supermercados da cidade com verduras e frutas da região. Mas por falta de produção suficiente na região, ou seja no Estado inteiro, esta parte da produção regional equivale só aproximadamente a 10% da demanda total da região urbana. Os restantes 90% de verduras e frutas são importados através de um centro de comercialização (CEASA) em Goiânia. Uma exceção, por falta de possibilidades de conservação durante o transporte rodoviário, é a verdura de folha verde, a qual é produzida, quase por inteiro, na própria região. Goiânia é o centro comercial mais importante da grande região a respeito de qualquer mercadoria, produtos e serviços, que são exigidos no mercado do Tocantins e não são produzidos, ou seja, oferecidos no Estado. As duas redes de supermercados estabelecidas em Palmas (Caçulinha e Quarteto) compram as suas verduras e frutas, na maior parte, através do CEASA de Goiânia, que também revende muitos produtos da região Sul do Brasil, ou as grandes redes executam a importação diretamente com os atacadistas do Sul.

A carne, principalmente de gado, é um produto bastante procurado em Tocantins e também oferecido em grande quantidade na própria região. Para este setor de mercado existem um frigorífico em Palmas para a demanda local, um em Porto Nacional e três frigoríficos pequenos para a demanda local e um para a exportação ao nível nacional e internacional em Paraíso do Tocantins. Estes frigoríficos compram do pequeno até grande produtor regional e revendem a carne trabalhada e preparada para as redes de supermercados, bem como, para os pequenos mercados (mercadinhos) da cidade. Leite e derivados dos fornecedores regionais, são trabalhados e distribuídos através de vários laticínios pequenos. A grande parte do mercado local de derivados de leite, revendidos em supermercados grandes e pequenos, é suportada por dois laticínios, um de Paraíso e outro de Colméia. Eles compram do pequeno e grande fornecedor regional diretamente da fazenda, transportam e trabalham o leite nos laticínios para depois distribuírem os derivados de leite nos mercados de Palmas através de revendedores próprios.

Resumindo em outras palavras a comercialização de produtos, que são produzidos em grande quantidade na região (como arroz, feijão, milho, carne...), seja de um grande ou pequeno produtor, são vendidos a um atacadista local, que dependendo do produto, vem buscar a mercadoria no local de produção. Assim, cria uma relação da cidade com o campo a respeito de comercialização, que parece ser semelhante com o tradicional abastecimento da zona urbana pela rural com produtos alimentícios – dependendo do produto. Ao mesmo tempo, a demanda do consumidor mudou, muitas vezes o produto que ele procura, não possui a qualidade ou o preço pretendido, e tal produto não é mais produzido no local ou na região. Por causa desta alteração do mercado, a função tradicional da zona rural na periferia perde a sua importância para a área urbana - principalmente nas regiões mais dinâmicas, influenciadas pela imigração e a heterogeneidade da sociedade, como na região Norte e também no Tocantins. Através da imigração ocorre quase uma importação de estilo de vida urbano que cria uma demanda de produtos mais exclusivos, não mais ofertados pela área rural. As novas funções, que a zona rural assume simultaneamente, serão mostradas nos capítulos adiante.

Outra função das cidades, às vezes esquecidas, é a oferta de lazer. Além de todas as funções centrais das sedes urbanas, elas oferecem, especialmente no Brasil, atrações de lazer, como na região Norte do Brasil festas de “Forró”, Carnaval, feiras, Exposições Agropecuárias, que acontecem em qualquer sede municipal e atraem pessoas de toda área rural. Estas atrações populares têm uma longa tradição na região, como por exemplo em Palmas, além das festas o novo lago, formado pela usina hidrelétrica do Lajeado, virou um ponto turístico. A prefeitura de Palmas está criando novas praias na “orla” do lago. Além disso é interessante ressaltar que os trabalhadores rurais idosos impulsionam, de certa forma, a economia das cidades com o recebimento de suas aposentadorias. Na maioria das pequenas cidades esse movimento econômico torna-se imprescindível para o comércio local, onde gastam seu numerário, por exemplo, nos supermercados, para aproveitar a viagem para a cidade. Assim, muitas famílias rurais mantêm a relação com a cidade em cima de uma base da relação campo – cidade, que nesta forma não existia no passado, pois a remuneração aos aposentados rurais é relativamente recente no Brasil.

A zona rural do Tocantins

Depois das explicações a respeito da relação cidade – campo do ponto de vista dos centros urbanos, falta iluminar possíveis mudanças ou visões em geral da zona rural. Como já foi citado num capítulo anterior (vide pag. 7 e seguintes), no Brasil houve um chamado “êxodo rural” (vide figura 2) e a população rural do Tocantins mostra um declínio grave de quase 100 mil habitantes na última década (censo demográfico IBGE). Simultaneamente, a capital, que foi fundada em 1989, cresceu de 24.334 habitantes em 1991 para aproximadamente 170.000 em 2004. O caso da capital do estado mais novo do Brasil não serve como exemplo de êxodo, contudo houve obviamente uma emigração da zona rural direcionada à urbana, ou seja, uma mais forte imigração no espaço urbano tocantinense. Quais as sedes urbanas de destino e de qual tamanho são, foi analisado por Veiga E. (2001).

Para esclarecer a relação urbano – rural na região do Tocantins, serão escolhidos mais indicadores, como, por exemplo, a questão da educação no espaço rural tocantinense. Falar sobre a educação escolar no campo afeta geralmente a educação fundamental (primeiro grau).

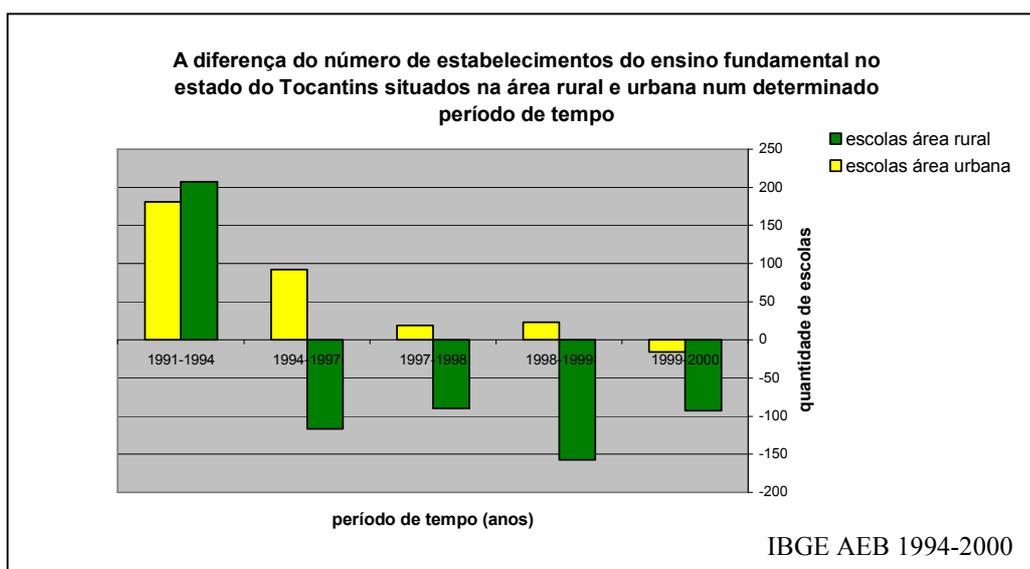


Figura TO1

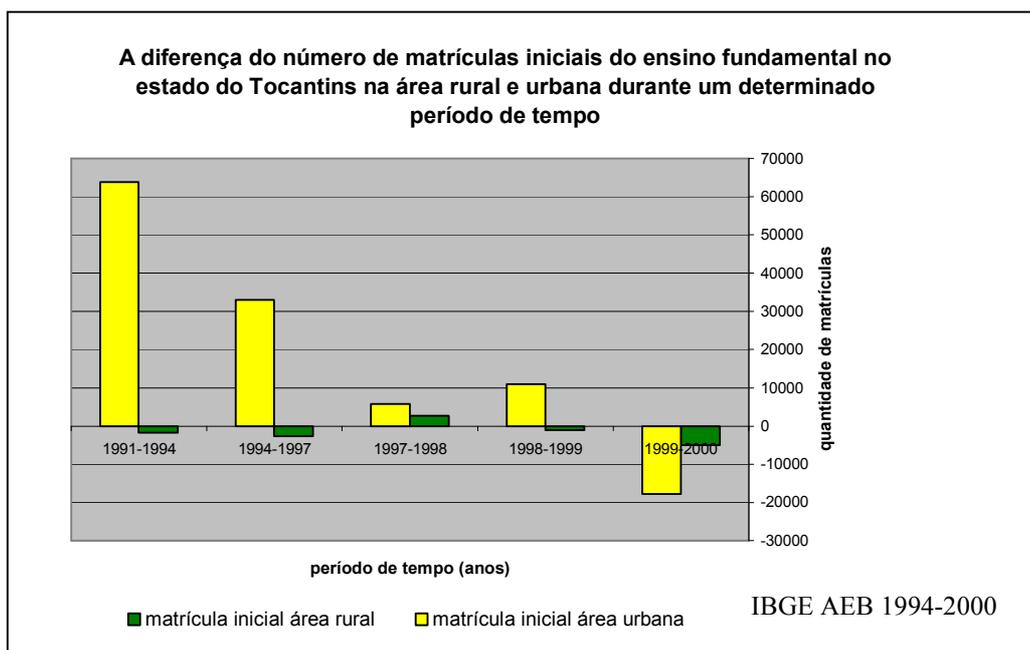


FIGURA TO2

Os dois gráficos acima (Figura TO1, TO2) mostram que, parecido com a situação de Cáceres, na zona rural do Tocantins também houve um forte declínio do número de escolas do ensino fundamental, enquanto que no espaço urbano foram fundados novos estabelecimentos – com exceção do último período entre os anos 1999 e 2000. O mais forte declínio, ocorreu depois da virada do século entre os anos 2000 e 2002, quando foram fechadas mais de 300 escolas no Estado. Supõe-se que a maior parte dessas escolas, situa-se na zona rural, seguindo as tendências anteriores. Num modo parecido aos estabelecimentos de ensino fundamental, as matrículas iniciais (vide gráfico TO1) nas escolas do primeiro grau, também diminuíram na área rural em todos os períodos, de 1997 a 1998. Essas escolas tradicionalmente são bem espalhadas na zona rural e, em sua maioria, juntam quatro turmas de alunos (1^a, 2^a, 3^a e 4^a série) em uma única sala de aula, com um professor ministrando todas as matérias. Esta situação ainda é conhecida na área rural do Sudeste, do Centroeste e especialmente do Norte do Brasil. Esse modelo de educação vem sofrendo alterações, em que as prefeituras estão disponibilizando transportes para os alunos rurais estudarem nas cidades, em vez de manter uma educação precária perto das suas moradias. Comparando com outros Estados da União Federal o espaço rural na região Norte exerce funções superiores às do Sul do país, não apenas na questão de educação fundamental, como também, na

produção e oferta de empregos no setor primário – no Tocantins ainda trabalham mais de 40% das PEA na agricultura (vide figura 3).

Analisando a área rural da região do Tocantins, a situação de ocupações de terras e das lutas pelas mesmas, melhorou muito a partir da fundação do novo Estado. Isso significa que, nesse momento, investir na terra se tornou menos arriscado, o que também influencia a imigração na região. Sob ponto de vista econômico, o Tocantins é ainda um Estado pouco desenvolvido. Contudo está sujeito a uma forte dinâmica em relações econômicas. No meio da década passada Tocantins ficou no 26º lugar em termos do PIB per capita e a metade dos chefes de famílias teve uma renda mensal até um salário mínimo. Além disso, mais que 40% da população economicamente ativa (PEA) ocupava o setor agrícola (Estado de Tocantins 1997). Estes dados implicam um desenvolvimento forte na região, pelo menos nas zonas mais privilegiadas como do Sul e em torno da capital. O desenvolvimento regional já está sujeito a grandes diferenciações e disparidades entre determinadas partes do Estado. Experiências de análises de atividades econômicas a respeito da renda familiar no Brasil, mostram que as regiões do Brasil com renda mais alta, gerada através de atividades não agrícolas, correspondem às regiões de renda mais altas das atividades agrícolas (Neder 2003). Em outras palavras, nas regiões onde se ganha mais em atividades fora da agricultura, se ganha mais em agricultura também. Elaborando a hipótese, de que no nível estadual está acontecendo o mesmo que no nível nacional - o que parece provável. Supõe-se então, que nas regiões privilegiadas do estado Tocantins a geração de renda familiar está seguida destes mesmos parâmetros.

O “Novo Rural no Brasil” (Silva 1997) está sendo definido, além de outros indicadores, através da renda não agrícola na zona rural, que aumenta cada vez mais. Sem repetir esses indicadores, Tocantins também mostra tendências para o novo rural. Verificando os diferentes grupos da população rural tocantinense constata-se o seguinte, baseado na pesquisa de doutorado de Viegas (2004):

- Os grandes Produtores rurais de Formoso e de Lagoa da Confusão, organizados ou não, em cooperativas ou sindicatos, em sua metade, têm uma renda fora da agricultura. A renda dos produtores de Formoso é quatro

vezes maior que a dos de Lagoa da Confusão, subtraindo-se dessa renda as atividades *off-farm* que perfazem em torno de 4% a 11% do lucro da agricultura nessas regiões. Muitas vezes o grande produtor rural mora na sede municipal e possui outros negócios. Além disso, os seus filhos costumam estudar nos grandes centros urbanos da região, criando uma relação cidade - campo através dos grandes agricultores do Tocantins, que parece mais com o chamado “contínuo” urbano.

- Os povos indígenas da Ilha do Bananal vivem basicamente da pesca e revenda de peixes na região. A pesca foi considerada como atividade agrícola do setor primário. A renda não agrícola das famílias indígenas analisadas chega a um terço da renda total. Esta renda é principalmente composta pela aposentadoria (65% do total) dos idosos das respectivas famílias. Assim a política social e o sistema de segurança social criaram uma certa dependência, em termos de renda familiar, do Estado e da vida urbana, a qual difere muito da cultura indígena. Simultaneamente, as famílias das aldeias compram principalmente arroz, açúcar, café e óleo como base de alimentação nos supermercados das cidades vizinhas. Nas aldeias a produção própria de produtos alimentícios é muito pequena – mas existe consciência sobre a necessidade da autoprodução, inclusive na aldeia de Boto Velho, situada na Ilha do Bananal, o número de plantações para subsistência está aumentando nos últimos anos.
- Os pequenos produtores dos assentamentos do INCRA (aqui o exemplo de Loroty), vivem da produção de produtos alimentícios e restringem geralmente a subsistência, vendendo somente o excedente. A aposentadoria dos chefes das famílias dos trabalhadores sem terra, não atinge nem um quinto da renda *off-farm* anual, sendo que a renda com atividades não agrícolas somada, atinge um valor de um quarto da renda total das famílias. Devido a intervenção de ONGs locais e órgãos públicos nos assentamentos rurais dos sem-terra, a relação desta área rural com a urbana se intensificou. Formas desta relação podem ser ligadas a vários projetos de fortalecimento da agricultura familiar, ajuda na comunicação através da criação de associações e grupos de interesse e até projetos para a geração de renda não-agrícola. Porém, o contraste do estilo de vida dos pequenos produtores

e dos habitantes dos loteamentos urbanos ou os grandes produtores na periferia do Estado ainda é imenso.

- Diante de alguns projetos de infraestrutura desenvolvidos pelo Estado, surge um outro grupo de produtores rurais em Tocantins, como exemplo temos o caso dos remanejados e reassentados devido a barragem hidrelétrica de Lajeado, situada perto de Palmas. Nos termos deste projeto foram indenizadas aproximadamente 22.000 pessoas, o equivalente a mais ou menos 4.500 famílias. A maioria dessas famílias, mais de 3.000, venderam os seus títulos de terra, seus direitos de ocupação ou seus lotes e casas e foram em grandes números para a periferia das cidades de Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. As famílias restantes, que residiam nas margens do rio Tocantins, foram remanejadas e vivem hoje em reassentamentos urbanos ou rurais. Quase todos os expulsos pela barragem, tiveram seu estilo de vida completamente mudado. Um dos principais problemas na implementação de grandes projetos de infraestrutura no mundo inteiro, é o incontrolável impacto social e a eterna falta de indenização de fontes de renda das famílias atingidas (Geipel 2003). Assim, as famílias perdem a base econômica para sua sustentação e se tornam habitantes marginalizados dos grandes ou médios centros urbanos regionais sem querer – o ponto final de qualquer desenraizamento social.

Um outro assunto nesta temática de relação urbano – rural, também citado como indicador do novo rural Brasileiro e antes neste artigo, é a nova função do espaço rural nesta relação. Na região Norte do Brasil parece difícil falar de um contínuo urbano-rural, como também, se torna cada vez mais complicado fazer a diferença entre o espaço urbano e rural. Um dos motivos para esta visão é que as cidades e os grandes centros urbanos do Sul do país exploram a zona rural. A começar com a exploração dos recursos naturais e espaciais em nível nacional, a Amazônia é um bom exemplo. Como um exemplo mais antigo, a substituição da necessária reforma agrária pelo projeto “terra sem homens para homens sem terra” da política da ditadura militar, e mais recente, o problema da monoestruturação e negligência do setor energético pelo governo anterior do Brasil. Hoje, o grande potencial de energia hidrelétrica não aproveitado se encontra no Norte do país, na grande bacia do rio Amazônas e seus afluentes, mas a demanda principal se localiza

nas regiões industrializadas e metropolitanas do Sul e Sudeste. Assim, a necessidade eminente de energia elétrica transfere os impactos sociais e ambientais para fora da região de consumo, ou seja, às regiões periféricas e rurais. Em outras palavras, pode se falar de uma certa dependência da área urbana com área rural, pelo menos em termos de recursos naturais. Esta situação também se observa em Tocantins onde uma grande barragem já foi construída, uma está em construção e mais uma está na fase de estudos de viabilidade – Além de mais dez barragens de pequeno porte em diversas fases de planejamento.

O último tópico a ser citado neste capítulo é a nova função do rural: a de lazer e investimento. Em torno da capital Palmas existem inúmeras chácaras e fazendas que atendem às funções ou de lazer ou de investimento em terra, gado e recentemente em avestruz. Nos últimos dois anos o valor de terrenos rurais duplicou e o gado sempre foi uma forma de investimento com valor mais ou menos estável. Por causa do extremo calor nos sítios urbanos, dentro de Palmas, na época de seca, muitas famílias mantêm um sítio, como por exemplo, a vila de Taquarussu, situada aproximadamente a 30 km de Palmas, onde o ambiente é mais fresco e possui atrativos naturais como as mais de 200 cochoeiras na serra em torno da vila. Houve um transporte público nos finais de semana de graça, para desenvolver o turismo local da área. O ônibus foi tirado mas a vila continua a ser uma atração turística, principalmente nos feriados e no Natal. Várias famílias, muitas vezes vindas do Sul e do Sudeste Brasileiro, possuem fazendas e chácaras nos arredores das pequenas e grandes cidades do Tocantins, e vivem basicamente na sede urbana. Esta circunstância gera empregos para a população rural, que se propõe como força de trabalho, sendo gerente ou vaqueiro nas fazendas, onde os proprietários continuam a manter o estilo de vida urbano fora da área rural.

Conclusão

Numa visão geral, as relações cidade – campo lembram mais do termo “incluído – excluído” da repetida globalização. Por quê? Porque muitas vezes as relações entre o campo e a cidade ainda existem ou até foram intensificadas de forma diferente, como através da tendência ao contínuo urbano rural nos anos

passados. Porém se observa nas regiões Centro-Oeste e Norte Brasileiro que as funções das duas zonas e o jeito das relações inter-regionais mudaram gravemente. Nos dois exemplos de Mato Grosso e Tocantins as regiões periféricas são caracterizadas por processos específicos. Além da crise da produção agrícola familiar e da expulsão dos grupos tradicionais do espaço rural, a urbanização extraordinária e os problemas financeiros, tanto dos municípios como dos estados, determinam as relações urbano-rurais.

Mesmo observando diferenças regionais podemos constatar algumas tendências em comum nas regiões periféricas:

- As relações diretas entre as cidades e os seus arredores rurais, de ponto de vista sócio- econômico, perdem em densidade. O espaço rural raras vezes fornece diretamente alimentos para a cidade mais próxima, enquanto que nas cidades – principalmente cidades pequenas - poucas mercadorias não-agrícolas são produzidas para serem oferecidas à população regional.
- As estruturas rurais e urbanas são cada vez mais orientadas às regiões centrais do país ou até ao mercado internacional, sendo que a produção agropecuária é destinada ao mercado nacional e externo e os produtos comercializados na região – industrializados ou alimentícios – vêm na sua maioria, de fora da região.
- Sem base economicamente estável a urbanização acelerada, assim como a falta de recursos estatais e municipais leva à situação socialmente precária para a população empobrecida tanto nas cidades como no campo.

Perguntamos então: O que significa isto para o desenvolvimento regional? Quais são as perspectivas para a região amazônica? Com a fraqueza das relações intra-regionais entre campo e cidade ao nível regional, os atores regionais envolvidos continuarão a orientar suas atividades e ações nos processos extra-regionais sem preocupação com o desenvolvimento regional. A dependência resultante dessas novas interligações faz com que a região seja vulnerável a crises e mudanças externas sem poder influenciá-las. Os perdedores desse desenvolvimento serão os grupos populacionais que, por falta de recursos econômicos, sociais ou políticos, não terão a possibilidade de se integrar nas novas estruturas dinâmicas, as quais influenciarão sua região. Em outras palavras, sem qualquer integração no nível

superior ao local e à região, o ator local vai sofrer uma exclusão do setor sócio-econômico, sem ter a possibilidade de se reintegrar novamente.

Reconhecendo este perigo, podemos observar atividades regionais nos últimos anos tentando reorientar as relações campo – cidade. No nível local a iniciativa privada, às vezes, em cooperação com instituições públicas faz esforços para melhorar os serviços de saúde e de ensino nas suas comunidades ou nos seus bairros. Além disso, no nível regional ONGs promovem pequenos produtores rurais na comercialização dos seus produtos na região, entre outras tentativas. No nível nacional o estado também tenta fortalecer as relações urbano-rurais. Pelo programa governamental Fome Zero, por exemplo, que segue o objetivo da “inclusão social” e os slogans de “incluir para crescer” desenvolvem uma expectativa positiva nos moradores rurais (vide <http://www.fomezero.gov.br>). Porém não só as promessas e as tarefas concluídas neste programa nacional alcançam o público, como também as críticas a esse projeto. Ainda são exemplos raros tentando formar circuitos econômicos restritos a região referente com uma integração adequada aos circuitos nacionais e internacionais.

Referências:

Blumenschein, M. (2001): Landnutzungsveränderungen in der modernisierten Landwirtschaft in Mato Grosso, Brasilien. Die Rolle von Netzwerken, institutionellen und ökonomischen Faktoren für agrarwirtschaftliche Innovationen auf der Chapada dos Parecis. Tübinger Geographische Studien, vol. 133. Tübingen.

Correa, E. Pérez (2002): Lo rural y la nueva ruralidad. In: Correa, E. Pérez & Sumpsi, J.M. (eds.): Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en América Latina y Europa. Madrid, pp. 15-32.

Correa, E. Pérez et al. (eds.) (2001): La nueva ruralidad em América Latina. Maestría en desarrollo rural 20 años. Menorias seminario internacional. Bogotá.

Coy, M. (1988): Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia. Tübinger Geographische Studien, vol. 97. Tübingen.

Coy, M. & Lücker, R. (1993): Der brasilianische Mittelwesten. Wirtschafts- und sozial-geographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes. Tübinger Geographische Studien, vol. 108. Tübingen.

Coy, M. & Neuburger, M. (2000): As frentes pioneiras na Amazônia brasileira perante a globalização. Chances e riscos de um desenvolvimento sustentável. In: Boletín de Estudios Geográficos, no. 96, pp. 97-125.

Coy, M. & Neuburger, M. (2002): Aktuelle Entwicklungstendenzen im ländlichen Raum Brasiliens. In: Petermanns Geographische Mitteilungen, vol. 146, no. 5, pp. 74-83.

Estado de Tocantins (1997): Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins. Relatório Intermediário, Pacific Consultants International, Palmas

Geipel, F. (2003): Politische Ökologie von Staudämmen. Interessenkonflikte und sozioökonomische Folgen des Staudammes Lajeado (Tocantins, Brasilien), tese de mestrado, não publicada, Tübingen

Giarracca, N. (ed.) (2001): Una nueva ruralidad em América Latina ? Colección Grupos de Trabajo – CLACSO. Buenos Aires.

IBGE (2000): Anuário Estatístico do Brasil 2000. Vol. 60. Rio de Janeiro.

_____ (1999): Anuário estatístico do Brasil 1999. Vol. 59 Rio de Janeiro

_____ (1994): Anuário estatístico do Brasil 1994. Vol. 54 Rio de Janeiro

_____ (1991): Anuário estatístico do Brasil 1991. Vol. 51 Rio de Janeiro

Kageyama, A. et al. (1996): O novo padrão agrícola brasileira. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. Costa et al. (eds.): Agricultura e políticas públicas. IPEA, vol. 127. Brasília, pp. 113-223.

Klink, C. A. (2001): Human occupation and land-use of Brazil's tropical savannas (the "Cerrado"). internet: <http://www.unesco.org/mab/cooperation/Scope/AbKlink.doc>

Kohlhepp, G. (1987): Amazonien. Köln.

Kohlhepp, G. (1990): Landnutzungs-Sukzessionen im nördlichen Paraná (Südbrasilien). Am Beispiel donauschwäbischer Siedler in Entre Rios, Paraná. In: Rother, K. (ed.): Europäische Ethnien im ländlichen Raum der Neuen Welt. Passauer Schriften zur Geographie, no. 7. Passau, pp. 31-46.

Kohlhepp, G. et al. (1993): Die Mittelstädte Brasiliens und ihre Bedeutung für die Regionalentwicklung. Tübingen (mimeo).

Köhnlein, K. (1995): Entwicklungspotential und Umweltbeeinflussung des Tourismus im Pantanal und in der Chapada dos Guimarães (Mato Grosso, Brasilien). KAGIT, no.14. Tübingen.

Lanna, M.P.D. (1995): A dívida divina. Troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas (Unicamp).

Löwen, C.L. (1998): Der Zusammenhang von Stadtentwicklung und zentralörtlicher Verflechtung der brasilianischen Stadt Ponta Grossa, Paraná. Eine Untersuchung zur Rolle von Mittelstädten in der Nähe einer Metropolitanregion. Tübinger Geographische Studien, no. 120. Tübingen.

Melo, M. de Lacerda (1957): A região ribeirinha do médio Cuiabá. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VII, no. II, 1952/53. São Paulo.

Neder, H.D. (2003): The effects of non-agricultural activities on income distribution in rural Brazil. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol 41 no. 2, Brasilia ou (<http://www.scielo.br> – 30/03/2004)

Neuburger, M. (1996): Santo Antônio de Leverger. Sozial- und wirtschaftsräumlicher Strukturwandel einer traditionellen Gemeinde im Pantanal. KAGIT, no. 15. Tübingen.

Renppis, M. (1998): Chancen und Risiken eines liberalisierten Weltagrarmarkts. Perspektiven der Rindfleischproduktion in einem peripheren Raum Brasiliens am Beispiel von Mato Grosso. In: Kohlhepp, G. & Coy, M. (eds.): Mensch-Umwelt-Beziehungen und nachhaltige Entwicklung in der Dritten Welt. Tübinger Geographische Studien, no. 119. Tübingen, pp. 87-107.

Schneller, T. (1995): Mikroökonomische Auswirkungen von Agrargenossenschaften in Entwicklungsländern. Das Beispiel der kleinbäuerlichen Milchkooperative COMAJUL in Juscimeira, Mato Grosso, Brasilien. Tübingen (tese de mestrado).

Silva, J. Graziano. da (1997): O Novo Rural Brasileiro. In: InterCambios, vol. 2, no. 24. (<http://www.rimisp.cl/boletines/bol24/> - 10/04/2003).

Silva, J. Graziano da (2003): Viejos y nuevos mitos de la ruralidad brasileña: Implicaciones para las políticas públicas. In: InterCambios, vol. 2, no. 24. (<http://www.rimisp.cl/boletines/bol24/> - 10/04/2003).

Siqueira, E.M. et al. (1990): O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá (UFMT).

Veiga, J. E. (2001): Boletim do NEAD, no. 99, "O campo e o censo".

(<http://www.nead.org.br> – 09/07/2004)

Viegas, H. (2004): Socio Economic Development in Indigenous and Non-Indigenous Systems in Brazil – The Case of West Tocantins. University of Hohenheim, não publicado

Wanderley, M. de Nazareth Baudel (2001): Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: Boletim do NEAD, no. 99. (<http://www.nead.org.br> – 11/07/2004).